

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: ANÁLISE DA RECEPÇÃO E DOS RESULTADOS DO PROALFA–M.G. NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE BELO HORIZONTE

KARINA FIDELES FILGUEIRAS (FAE/UFMG).

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a recepção dos instrumentos avaliativos e dos resultados obtidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte, através do Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA(M.G.). Utilizaremos referenciais teóricos de pesquisadores que têm como objeto de suas pesquisas as avaliações em larga escala para sustentar a proposição das avaliações escolares externas, tais como BROOKE e SOARES (2008); OLIVEIRA (2008); além das publicações oficiais como, Relatório PISA, resultados do PROEB, SAEB, SIMAVE, Boletins Pedagógicos com indicadores e resultados do PROALFA e demais publicações governamentais. A proposta metodológica se dará em duas fases, uma quantitativa e outra qualitativa. Os dados quantitativos serão obtidos a partir da análise dos resultados divulgados para as escolas da rede pública estadual da região metropolitana de Belo Horizonte, ligados às séries iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados serão avaliados e categorizados para identificação de duas escolas que participarão dos estudos de caso, que consistirão em entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e observações do cotidiano escolar. Pretende-se selecionar uma escola que tenha apresentado bons resultados no PROALFA e uma escola que tenha apresentado um maior número de alunos considerados com baixo desempenho. Entendemos que a pesquisa, ora proposta, poderá trazer benefícios às práticas escolares docentes impactando no melhor desempenho discente.

Palavras-chave:

avaliação externa, PROALFA – MG, alfabetização.

Introdução

As avaliações de sistemas de ensino sofreram diversas alterações de enfoques e bases epistemológicas desde a década de 60, no Brasil. Nesta década, a avaliação educacional era considerada mais tecnicista, uma vez que precisava responder a uma demanda nacional de urbanização e escolarização da população para atender ao mercado de trabalho em verdadeira expansão.

Já nos anos 70 a avaliação adequou-se ao modelo positivista, de objeto científico palpável e mais concreto, priorizando-se a avaliação quantitativa, na qual o que importa é a mensuração dos dados sempre com foco nos resultados finais. Este modelo de avaliação quantitativa das ciências naturais, predominantes neste período, teve grande influência nas pesquisas das ciências humanas e sociais.

Nos anos 80 houve uma revalorização da escola como espaço de possibilidades de desenvolvimento individual, enfocando uma abordagem mais sociológica, o que permitiu uma mudança de paradigma, principalmente nas ciências humanas e sociais, possibilitando pesquisas qualitativas e etnográficas na educação.

Os anos 90 foram marcados pela polarização centralização-descentralização do Estado em relação às políticas públicas que envolvem diretamente os processos de avaliação. Com a influência de uma agência mundializada para os financiamentos da educação, a Educação Básica, voltada para o ensino do domínio da língua e dos números, torna-se centro das atenções no país. Um dos motivos são as políticas públicas internacionais priorizarem este setor de escolarização, o que permite ao Banco Mundial e ao Banco Internacional para Reconstrução e Resenvolvimento - BIRD propiciar maiores financiamentos para o desenvolvimento da população dos países do terceiro mundo. Prioriza-se então, no Brasil, as avaliações em larga escala em nível federal e estadual. Nos anos 2000 há uma volta aos ideais positivistas, às pesquisas quantitativas, voltadas para os resultados e não para o processo, com o objetivo de atender às solicitações do mercado cada vez mais competitivo (Duboc, 2007).

É neste contexto que o Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA (MG) foi criado, a partir da necessidade de acompanhar e avaliar a implementação do Ensino Fundamental em nove anos, no Estado de Minas Gerais. Desde 2006, há avaliações anuais sistemáticas, amostrais e censitárias, com o objetivo de verificar os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos do 3º ano da rede pública de ensino. Tal avaliação tem como meta a identificação dos problemas e a sugestão de possíveis soluções para esta fase do aprendizado.

Avaliar uma nova proposta educacional é tarefa sempre desafiadora, na medida em que se deve analisar o mérito e a relevância social da aplicabilidade da nova proposta, considerando seus impactos, não somente relativos aos resultados obtidos, como também relativos à mudança das práticas pedagógicas, a partir dos resultados.

Para este trabalho pretende-se priorizar a reflexão sobre as avaliações em larga escala e suas contribuições à prática pedagógica escolar, numa tentativa de redimensionar o objeto de estudo proposto na pesquisa, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação - FaE/UFMG, que tem como objetivo investigar a recepção, por parte dos professores, dos instrumentos e dos resultados de desempenho obtidos através do PROALFA (MG), na rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte: a avaliação de um Programa de Alfabetização do Estado de Minas Gerais.

Aspectos metodológicos da pesquisa

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a recepção dos instrumentos avaliativos e dos resultados obtidos nas séries iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino de Belo Horizonte, através do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA (MG).

Na tentativa de atingir o objetivo proposto, pretende-se investigar porque, diante de instrumentos metodológicos eficientes, tais como os cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, e das capacitações oferecidas aos professores, ainda podem haver dificuldades no desempenho e progresso dos alunos ingressantes, dados esses. Acredita-se que há uma apropriação equivocada da nova proposta, a partir dos instrumentos disponíveis e resultados do PROALFA (MG), mesmo após a primeira turma ter cumprido, integralmente, os anos iniciais do Ensino Fundamental, relativos ao processo de alfabetização, no período de 2003 a 2007. Será preciso, também, analisar e categorizar os dados obtidos pelo

PROALFA (MG) nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008; fazer um estudo de caso de duas escolas selecionadas a partir da análise dos dados quantitativos.

A proposta metodológica se dará em duas fases, uma quantitativa e outra qualitativa. Os dados quantitativos serão obtidos a partir da análise dos resultados divulgados para as escolas da rede pública estadual da região metropolitana de Belo Horizonte, ligados às séries iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados serão avaliados e categorizados para identificação de duas escolas que participarão dos estudos de caso, que consistirão em entrevistas estruturadas e semi-estruturadas e observações do cotidiano escolar. Pretende-se selecionar uma escola que tenha apresentado bons resultados no PROALFA e uma escola que tenha apresentado um maior número de alunos considerados com baixo desempenho.

Para a coleta dos dados pretende-se ter acesso aos resultados obtidos no PROALFA (MG), desde sua primeira avaliação amostral, em 2005, até os últimos resultados, no ano corrente, 2008, dos alunos das escolas públicas, da rede estadual de ensino, do município de Belo Horizonte, a saber, das Superintendências Regionais de Ensino Metropolitanas A, B e C - SRE, que cursaram, ou estão em curso, no caso específico deste ano de 2008, do 3º ano do Ensino Fundamental. A partir do acesso a esses dados, já autorizados pela Secretaria Estadual de Educação, faremos o tratamento dos dados com algumas categorias previamente estabelecidas, tais como: nível geral de proficiência dos alunos; alunos com baixo desempenho, com desempenho intermediário e desempenho recomendado na área da alfabetização, leitura e escrita; além de deixar emergir, a partir dos dados, novas categorias que possam ser relevantes para os resultados da pesquisa.

Após essa coleta será necessário o cruzamento dos dados para saber quais escolas estaduais participaram de todas as avaliações nestes referidos anos. A posteriori, será feito um levantamento dos resultados gerais das proficiências e dos resultados de alunos com baixo desempenho. Como última etapa da coleta de dados, será preciso fazer o cruzamento dos alunos participantes das avaliações, nos respectivos anos, e investigar a permanência ou não dos alunos, nas salas de aula do 3º ano do Ensino Fundamental, que apresentaram baixo desempenho nos três anos consecutivos. A possível retenção neste ano é uma das hipóteses para a linha descendente de desempenho de proficiência de determinadas instituições escolares.

Os registros e dados da pesquisa serão obtidos através dos Boletins Pedagógicos emitidos pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais às escolas avaliadas, e serão utilizados para fins da própria pesquisa havendo preservação dos nomes dos sujeitos e das escolas avaliadas, garantindo-se o sigilo dos sujeitos e instituições envolvidos na pesquisa.

As escolas selecionadas para a segunda etapa da pesquisa serão dentre aquelas que tiveram participação em todas as avaliações anuais, desde a implementação do PROALFA (MG), escolhidas a partir dos resultados mais e menos satisfatórios, numa tentativa ainda de manter uma representatividade entre as Superintendências Regionais de Ensino Metropolitanas A, B e C.

PROALFA (MG)

Alfabetização e letramento são processos que devem ser indissociáveis. A alfabetização deve ocorrer em meio à utilização de variados suportes e gêneros de escrita, assim como para diversos interlocutores, ou seja, o aluno deve apropriar-se

do código escrito mantendo-se em constante contato com ele em práticas reais do dia-a-dia.

Mas como avaliar essas práticas de alfabetizar letrando?

O letramento é avaliado em diversos contextos de diferentes modos: em contextos escolares, em censos populacionais, em estudos por amostragem, sendo uma avaliação do letramento individual ou coletivo. A definição dos índices de letramento da população de um determinado local seja uma comunidade, uma cidade, uma nação, se justifica, segundo Soares (1998), por três argumentos: pode ser um indicador de progresso; pode ser um critério de comparação; e ainda pode ser norteador para o planejamento e formulação de políticas públicas.

Pensar na necessidade de avaliar o nível de letramento de indivíduos de um grupo social, de uma sociedade ou de uma nação é pertinente mas, as tentativas de classificação, sejam por proficiência, por grau de instrução ou por funcionalidade, são denominações que correm o risco de estigmatizar um grupo ou até mesmo um sujeito, individualmente.

Para caracterizar um sujeito como pouco ou altamente letrado, incompetente ou proficiente funcionalmente, é preciso arbitrar critérios de avaliação. E ainda, avaliar o nível de letramento através de instrumentos escolares pode mascarar o real sentido do letramento exigido no cotidiano, no dia-a-dia dos alunos, fora do contexto escolar.

Essa discussão da busca de critérios é exaustivamente abordada por Soares (1998) e sua conclusão é que, de fato, é necessário determinar alguns critérios para a medição e avaliação, mesmo sabendo que esses poderão ser insuficientes para medir o nível de letramento de um indivíduo, de um grupo ou de uma nação.

A partir dessas e de outras discussões acerca da alfabetização e do letramento da população nacional é que surge a necessidade dos programas de avaliação externa ao contexto escolar, ou seja, avaliações de larga escala em nível internacional, nacional e estadual.

No âmbito estadual, o Estado de Minas Gerais, em 2000, através da Secretaria Estadual de Educação, instituiu o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, Simave, que, desde 2003, foi aperfeiçoado e ampliado. Os objetivos do Simave, em consonância com os objetivos gerais das avaliações nacionais em larga escala, são voltados ao desenvolvimento de programas de avaliação integrados visando fornecer informações importantes para o planejamento de ações em todos os níveis do sistema de ensino, para que, através da mensuração dos resultados, esses possam apontar "as prioridades educacionais tanto para professores, especialistas e diretores quanto para os gestores do sistema, sendo fundamental na definição de ações para uma educação eficaz".

A partir de 2004, o Ensino Fundamental passou a durar nove anos no Estado de Minas Gerais e, para acompanhar o efeito dessa mudança, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais instituiu um conjunto de avaliações de desempenho dos alunos que, em 2006, passou a ser parte do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE.

A este conjunto de avaliação de desempenho dos diversos níveis do sistema de ensino mineiro, três programas se integraram: o PROALFA, o PROEB e PAAE.

O Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais - PROLFA (MG) é constituído por avaliações anuais amostrais e censitárias cujos objetivos são verificar os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos do 3º ano e 4º ano do Ensino Fundamental da rede pública e indicar intervenções necessárias para a correção dos problemas encontrados neste nível do sistema de ensino.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB, objetiva avaliar a eficiência e a qualidade do ensino das escolas da rede pública estadual, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, sendo o foco na instituição escolar e não no aluno individualmente.

O Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAEE é formado por um sistema informatizado de geração de provas e emissão de relatórios de desempenho por turma, realizando diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar e do ensino para subsidiar o planejamento do ensino e suas intervenções pedagógicas.

Dentre esses programas, daremos ênfase especial ao PROALFA (MG), nosso objeto de estudo. O Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais, implantado desde 2005, é realizado com a coordenação e supervisão da Secretaria de Estado de Educação (SEE-MG) em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como já dito anteriormente, é constituído por uma avaliação amostral, que abarca alunos das redes estadual e municipal de ensino, cursando os 2º e 4º anos do ciclo inicial de alfabetização; e por uma avaliação censitária aplicada nos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. Esta última tem por objetivo "identificar o nível que se encontra cada aluno e, dessa forma, possibilita intervir na aprendizagem de forma pontual e individualizada" (RIANI e SOARES, 2008, p. 2).

A utilização de uma metodologia de Teoria de Resposta ao Item (TRI) nas avaliações amostral e censitária permite avaliar a proficiência dos alunos em Língua Portuguesa, classificando-os em três níveis de desempenho: recomendável, intermediário e baixo. Esta classificação permite agrupar "um conjunto de habilidades. Como a aquisição das habilidades fazem parte de um processo contínuo e a escala é a mesma para os três anos de escolaridade avaliados, os níveis de desempenho - baixo, intermediário e recomendável- são diferentes para os anos de escolaridade" (RIANI e SOARES, 2008, p. 5).

Pode-se perceber que a avaliação não é estanque, retomando um de seus objetivos principais de possibilitar que as escolas desenvolvam um "Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), a partir dos resultados das avaliações, como âncora do processo de planejamento focado no desempenho dos alunos".

O conceito de letramento utilizado por este programa de avaliação é o de um

processo de inserção e participação na cultura escrita, que diz respeito ao acesso e aos usos que um sujeito ou grupo de sujeitos faz da palavra escrita num determinado local, em determinado contexto social historicamente determinado. Isso significa que não se alfabetiza primeiro para letrar depois. Alfabetização e letramento são considerados processos distintos, cada um com suas especificidades, porém são processos complementares e inseparáveis, sendo ambos

indispensáveis. Ao se apropriar das regras do sistema lingüístico, o alfabetizando deve também aprender a aplicá-las a situações de uso social em que a escrita acontece. (MINAS GERAIS, 2007, p.7)

Através dos instrumentos do PROALFA (MG) também é possível realizar um análise mais descritiva dos dados coletados, pois, além das respostas dadas à avaliação em si, os alunos respondem a algumas questões que possibilitam verificar a influência da idade de ingresso à escola, da frequência da pré-escola, e ainda, da repetência escolar, nos resultados de proficiência em leitura e escrita dos alunos.

Uma questão bastante discutida entre os especialistas em educação é se a educação na primeira infância tem impacto positivo no rendimento escolar da criança. Os dados do PROALFA [de 2006 e 2007], mostram que os alunos que freqüentaram pré-escola possuem proficiência maior que os alunos que não freqüentaram. Para os alunos que freqüentaram pré-escola a proficiência média foi de 527 contra 499 dos alunos que não freqüentaram a educação infantil, diferença de 6% (RIANI e SOARES, 2008, p. 11).

Iniciado em 2005, com uma avaliação amostral e, a partir de 2006, com avaliações censitárias e amostrais sistemáticas, este Programa de Avaliação da Alfabetização do Estado de Minas Gerais tem demonstrado seu pioneirismo e seu auxílio à criação e implementação de políticas públicas condizentes tanto com o cenário nacional quanto com o cenário internacional.

Considerações Finais

O que se pode perceber é que o conceito de letramento poderá e deverá variar de acordo com o contexto em que está sendo utilizado, principalmente porque, em sua essência, diz dos usos sociais da leitura e da escrita.

Sabendo-se, porém, que esses usos sociais irão variar culturalmente, o conceito de letramento também poderá variar de acordo com o que se deseja avaliar.

O conceito de letramento utilizado pelo programa de avaliação estadual, PROALFA (MG), se aproxima daquele utilizado pelo programa de avaliação nacional, SAEB, uma vez que se utiliza de referenciais de inserção e participação na cultura escrita de determinado sujeito ou grupo em que está inserido, considerando uma forma de letramento mais escolarizado, trabalhado nos contextos de sala de aula, inclusive para possibilitar a alfabetização. Alfabetização e letramento, neste sentido são considerados conceitos distintos, porém complementares.

Embora os programas de avaliação de ensino apresentem-se em diferentes instâncias governamentais hierárquicas e, conseqüentemente, apresentem compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento um pouco distintas, há o elemento comum da proposta avaliativa para uma contribuição à política pública nacional, sendo, neste enfoque, uma política de eliminação do analfabetismo no país, na tentativa de aproximação dos índices mundiais. O que nos faz inferir que os conceitos de alfabetização e letramento são de extrema importância nesta perspectiva para que se possa, não só avaliar os níveis de letramento e proficiência como também, se possa, com os resultados, contribuir para a prática pedagógica cotidiana

Referências

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/caracteristicas.htm>.

_____. SAEB, 2001. *Novas perspectivas*. Brasília: INEP/MEC, maio 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. MEC/INEP. *Pesquisa nacional da qualidade da educação: a escola pública na opinião dos pais*, Maio, 2005.

_____. *Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/Novo/oquee.htm>

BROOKE, Nigel e SOARES, José Francisco (orgs.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

DUBOC, A.P.M. *Um olhar sobre o conceito de letramento do PISA e suas possíveis implicações para o ensino de línguas*. CROP - Revista do Programa de Estudos Linguísticos e Literários em Inglês da USP, nº 12, São Paulo: 2007, pp. 241-262 Disponível em: www.fflch.usp.br/dlm/ingles.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação - SEE-MG. *Boletim Pedagógico, PROALFA*, 2007.

_____. *Sistema mineiro de Avaliação da Educação Básica*. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/simave>.

OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquista de. *Três investigações sobre escalas de proficiência e suas interpretações* (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio, agosto/2008.

RIANI, Juliana de L. R. e SOARES, Tufi M. *Programa de Alfabetização em Minas Gerais. XIII Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, MG: 2008. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A081.pdf*

SOARES, Magda B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998.